

www.almeidalaw.com.br

CLIPPING CONSULTIVO

DE 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011

76ª EDIÇÃO

Almeida
CORPORATE LAW

CLIPPING CONSULTIVO

DE 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011

EDIÇÃO 76ª

CONCORRENCIAL.....	3
CADE PODE REVER PARCERIA ENTRE OI E PHORM	3
ANÁLISE PRÉVIA DO CADE GERA PREOCUPAÇÃO ENTRE EMPRESÁRIOS	4
FUSÕES E AQUISIÇÕES	8
BTG PACTUAL CONFIRMA AQUISIÇÃO DE 15% DA QUEST INVESTIMENTOS	8
ACIONISTAS DA INEPAR ENERGIA APROVAM INCORPORAÇÃO POR CONTROLADORA	8
BOLSAS DE TÓQUIO E OSAKA FUNDEM-SE PARA CRIAR 3º MAIOR OPERADOR BOLSISTA DO MUNDO.....	9
MERCADO DE CAPITAIS.....	10
FACEBOOK DEVE LANÇAR IPO NO 1º SEMESTRE DE 2012, DIZ JORNAL	10
BOVESPA INVERTE ALTA DA ABERTURA AINDA COM RECEIO SOBRE CRISE EUROPEIA	10
AÇÃO DO GROUPON CAI PARA PERTO DE PREÇO NO IPO	12
NEGÓCIOS	13
JOINT VENTURE ENTRE RIO TINTO E CHINALCO É OFICIALIZADA NA CHINA	13
AEROPORTOS VÃO ESTAR PRONTOS SEIS MESES ANTES DA COPA DO MUNDO DE 2014.....	14
PEUGEOT VAI INVESTIR R\$ 575 MI POR ANO NO BRASIL ATÉ 2015.....	15
GRUPO EBX, DE EIKE BATISTA, NEGOCIA PARCERIA COM IBM	16
PROPRIEDADE INTELECTUAL	16
S3 GRAPHICS PERDE DISPUTA DE PATENTES CONTRA APPLE	16
SITES PORNÔS PROCESSAM DOMÍNIO .XXX.....	17

CONCORRENCIAL

CADE PODE REVER PARCERIA ENTRE OI E PHORM

A parceria entre a Telefônica e a Phorm, do segmento de conteúdo e publicidade online, poderá ser aprovada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) caso o acordo entre a empresa britânica e a Oi seja suspenso. Esse é o conteúdo do voto do conselheiro Fernando Furlan, que preside o órgão, no ato de concentração em exame na autarquia. Ele entende que, caso contrário, o acordo acabará promovendo uma união entre as duas operadoras.

O ato de concentração, que está sendo relatado pelo conselheiro Ricardo Ruiz, teve vista pedido pelo presidente Furlan, que viu na operação a possibilidade de a Phorm definir preços para os anunciantes. A decisão da matéria, pautada na sessão do Cade dessa quarta-feira, foi novamente adiada.

Por meio de nota, a Telefônica informa que aguardará a decisão final do Conselho para se manifestar sobre o assunto. Antes disso, a empresa ressalta que a parceria com a Phorm não implica

atuação conjunta de qualquer espécie com nenhuma outra operadora de telefonia. A Telefônica está convicta de que a parceria, como demonstrado na defesa apresentada ao Cade, é absolutamente pró-competitiva.

Concorrentes

Não é o que pensa a Globo, que foi solicitada pelo relator e por Furlan, a se manifestar sobre a parceria. Para ela, a perigosa associação entre infraestrutura e tecnologia inovadora pode propiciar efeitos perigosos ao admitir a monopolização incontestável por parte de determinado player no mercado. Acha também que a Phorm alavancará sua posição exatamente a partir do poder de mercado detido pela Oi e Telefônica no mercado de infraestrutura de banda larga.

A Globo vê ainda riscos inerentes à dificuldade de monitoramento e fiscalização, pois a prática examinada encontra-se em total opacidade. A empresa alega que o monitoramento é realizado sem autorização expressa por parte dos proprietários dos sites e portais. “A implementação da tecnologia da Phorm viola não só a privacidade de cada um dos

participantes, mas também a confidencialidade de informações estratégicas de concorrentes, que podem ser utilizadas pela Phorm e pelas provedoras de banda larga em detrimento e sem a autorização respectiva”, sustenta.

A Uol também se manifestou contra a operação, argumentando que o poder de monopólio na Telefônica no acesso à internet pode permitir discriminação contra concorrentes do grupo Telefônica. E que a operação possibilita distorção na alocação de receitas de publicidades a portais da internet, gerando assim possível impacto sobre a produção de conteúdo online. “Nenhum outro potencial concorrente jamais teria, por mais eficiente que seja acesso a volume de dados similar àquele operado pela Phorm, a menos que a Telefônica permitisse que este potencial concorrente também pudesse instalar softwares em suas redes de telecomunicações”, afirma.

A Yahoo do Brasil recomenda que a relação societária entre a Telefônica e o portal Terra deve ser considerada na análise do Cade. “O fato de o grupo Telefônica deter dados de navegação de usuários em razão de sua qualidade de concessionária aumenta sua habilidade de determinar preços e margens neste mercado”, sustenta.

Baseado nessas respostas, Furlan defende a revisão do acordo entre a Phorm e a Oi, aprovado pelo Cade no início de outubro. O julgamento foi adiado porque o conselheiro Marcos Paulo Veríssimo pediu vista do processo, mas deve voltar em breve à pauta.

Fonte: Telesintese

ANÁLISE PRÉVIA DO CADE GERA PREOCUPAÇÃO ENTRE EMPRESÁRIOS

Tem sido recorrente no Brasil a crítica de empresários e consumidores em relação à falta de transparência por parte de vários órgãos públicos, notadamente as agências reguladoras. Nesse contexto, é digno de nota o esforço recente do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em debater com os administrados a adoção de medidas para implementação eficiente da nova lei que reestrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência.

No início de novembro, antes até da divulgação oficial pelo Congresso Nacional do texto final da nova lei que entrará em vigor em 2012, o CADE abriu suas portas para um debate franco com advogados, economistas, professores de Direito, estudantes e o público em geral. Na ocasião, a convite da Comissão de

Defesa da Concorrência da OAB do Distrito Federal, representantes do CADE, liderados pelo Conselheiro Carlos Ragazzo, trocaram ideias sobre a criação no Brasil do sistema de notificação e análise prévias de operações de fusão, aquisição, incorporação e associação (joint-ventures) de empresas, os chamados “atos de concentração” econômica.

A implementação do sistema de notificação e análise prévias de atos de concentração tem gerado muita expectativa à sociedade, que quer ter a certeza de que operações que impliquem eliminação da concorrência sejam reprovadas pelo CADE antes de consumadas e, portanto, antes que prejuízos sejam sofridos pela coletividade. Mas tal sistema também provoca preocupações legítimas aos empresários. Eles esperam que o CADE tenha condição de proferir decisões rápidas e tecnicamente consistentes sobre a aprovação total, parcial ou reprovação dos atos de concentração, que terão que ser notificados sempre que preencherem os seguintes requisitos, de acordo com a nova lei:

a) pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado faturamento bruto no Brasil equivalente ou superior a

R\$ 400 milhões no ano anterior à operação; e

b) pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado faturamento bruto no Brasil equivalente ou superior a R\$ 30 milhões no ano anterior à operação. Tais expectativas e preocupações têm origem no sistema de análise dos atos de concentração estabelecido pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que está em vigor. Atualmente, o CADE faz um controle a posteriori dos atos de concentração realizados pelas empresas. Diferentemente do que ocorre hoje, as empresas não poderão, após a entrada em vigor da nova lei, consumir as operações antes da manifestação conclusiva do CADE, que deverá ser produzida em até 240 dias (que poderão ser prorrogados por 60 dias a pedido das partes, ou 90 dias por decisão justificada do CADE), sob pena de aplicação de multa de R\$ 60 mil a R\$ 60 milhões.

Neste primeiro debate que ocorreu no CADE, no início de novembro, foi interessante observar que:

- estudos estão sendo feitos para a adoção de regulamentos que tratarão da estrutura que será criada dentro do CADE para a triagem dos documentos submetidos para a análise prévia. A

expectativa atual é que os atos de concentração que não apresentem potencial lesivo à concorrência sejam aprovados, sob o rito sumário, em até 30 dias, após passarem pelo setor de triagem que será instituído;

- mesmo com um novo critério objetivo para notificação obrigatória de operações, a expectativa é a de que serão notificados por ano 600 atos de concentração para análise do CADE: 70% de tais operações devem ser analisadas sob o rito sumário e 30% sob o rito ordinário;

- já foi iniciada uma discussão sobre a melhor forma de o CADE fornecer orientação adequada para prevenir que as empresas que notificarem seus atos de concentração adotem medidas que configurem consumação da operação antes da decisão do CADE. É possível que o CADE adote resolução específica ou se manifeste expressamente sobre o que as empresas podem ou não podem fazer no período compreendido entre a notificação ao CADE e a decisão do órgão sobre a aprovação do ato de concentração;

- o CADE está analisando se será viável permitir que as empresas envolvidas na negociação de atos de

concentração notificáveis tenham a oportunidade de manter reuniões com representantes do CADE antes da efetiva notificação do contrato a ser firmado. Muito embora o CADE tenha interesse em receber representantes das empresas para contatos pré-notificação, a preocupação é não permitir que tais audiências preliminares acabem interferindo negativamente no tempo de análise das operações notificadas, haja vista a conhecida escassez de recursos humanos e financeiros;

- o compromisso do CADE é com a eficiência nos procedimentos de análise prévia, justamente para não impedir ou dificultar que negócios legítimos sejam realizados e para que haja desenvolvimento econômico e geração de emprego;

- os técnicos do CADE estão trabalhando em um formulário com uma lista de perguntas sobre as empresas e os mercados afetados pelos atos de concentração a serem notificados. Esta lista deverá ser bem mais completa e complexa do que aquela que é utilizada hoje nas notificações (com base na Resolução CADE nº 15/98). Uma minuta de resolução relativa a este formulário com as informações que as empresas deverão submeter ao CADE será

apresentada para consulta pública pelo CADE em breve, o que é louvável, já que a lei nova não deverá entrar em vigor antes do final de maio de 2012;

- no momento, o CADE não trabalha com a hipótese de permitir que as empresas escolham as informações que querem submeter para análise prévia do CADE, nem com a adoção de vários tipos de formulários para notificação. Tendo em vista que a obrigação de proferir a decisão em até 330 dias é do CADE, a autarquia pretende ser exigente em relação à apresentação pelas empresas de todas as informações indicadas em um formulário único, mesmo que as operações não sejam complexas. Isso poderá gerar custos maiores para as empresas, por um lado, mas a expectativa é que os custos sejam proporcionais à maior celeridade na análise do CADE;

- serão necessários ainda mais estudos e debates sobre a regulamentação do acesso aos documentos apresentados ao CADE junto com os pedidos de aprovação dos atos de concentração. Isso porque a confidencialidade pode ser essencial para que determinadas operações sejam consumadas, mas ao mesmo tempo terceiros interessados podem precisar de documentos e informações submetidos ao

CADE para poderem contribuir com opiniões sobre os impactos das operações; e

- é possível que o CADE venha também a examinar, antes da entrada em vigor da nova lei, a conveniência e a necessidade do estabelecimento de critérios pré-determinados para a aplicação da multa prevista para as hipóteses em que as empresas deixarem de notificar previamente as operações para análise do CADE. Como a nova lei estabelece um espectro muito amplo para os valores de multa (de R\$ 60 mil a R\$ 60 milhões), faz sentido discutir se é factível a adoção de um regulamento específico sobre a aplicação criteriosa de tais multas, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Como visto, este debate inicial com o CADE, promovido pela Comissão de Defesa da Concorrência da OAB do Distrito Federal, já indica que existem várias questões ainda sem respostas. Muito terá que ser feito até o ano que vem, para que seja possível a instituição, com segurança jurídica, de um sistema eficiente de análise prévia de operações de fusão, aquisição, incorporação e joint-ventures no Brasil.

Nada obstante, precisa ser louvada a

postura transparente do CADE, que se abre à sociedade para debater o melhor modelo para viabilizar a aplicação da nova lei que reestrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência, neste momento importante do processo. Espera-se que a troca de informações e experiências das autoridades com a sociedade seja contínua e constante até a entrada em vigor da nova lei. Todos têm a ganhar.

Fonte: consultor Jurídico.

Fusões e Aquisições

BTG PACTUAL CONFIRMA AQUISIÇÃO DE 15% DA QUEST INVESTIMENTOS

A BTG Pactual assinou contrato com a Quest Investimentos para concluir aquisição de 15% do capital da gestora de recursos.

De acordo com nota publicada pela Quest, o acordo reforça a confiança das duas instituições na expansão da indústria de gestão de recursos no Brasil, em função do crescimento sustentado da economia e da demanda por maior sofisticação e diversificação de produtos.

Segundo Walter Maciel, sócio e diretor da Quest, a companhia, que tem atualmente R\$ 1,5 bilhão sob gestão, encontrou no

BTG Pactual um parceiro ideal para seguir como uma das mais importantes e eficientes gestoras de recursos independentes do país. "O acordo foi desenhado de forma a preservar a total independência da Quest e não prevê alteração em seu comitê de investimentos ou quaisquer outras modificações no capital social da gestora ou incremento futuro da participação do BTG", conclui Maciel.

Fonte: Terra

ACIONISTAS DA INEPAR ENERGIA APROVAM INCORPORAÇÃO POR CONTROLADORA

Os acionistas da Inepar Energia aprovaram nesta segunda-feira, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação da companhia pela controladora Inepar Indústria e Construção.

Na operação, cada acionista não controlador da Companhia receberá uma ação ordinária ou preferencial, de classe única, receberá 22 ações ordinárias ou preferenciais classes A e B que sejam titulares.

Segundo a companhia, as frações das ações resultantes da substituição da participação de cada acionista da

participação de cada acionista da Inepar Energia que não formar inteiros serão agrupadas em ações inteiras da Inepar Indústria e Construção e alienadas em leilão especial da BM&FBovespa, sendo o produto deste processo dividido proporcionalmente entre os titulares dos papéis.

Os investidores da Inepar Energia detentores de ações até o dia 31 de agosto, quando foi anunciada a incorporação, terão o direito de não participar da conversão. Neste caso receberão R\$ 0,1742 por ação, com base no último balanço aprovado pela companhia em 30 de junho deste ano.

Fonte: Ultimo instante

BOLSAS DE TÓQUIO E OSAKA FUNDEM-SE PARA CRIAR 3º MAIOR OPERADOR BOLSISTA DO MUNDO

A operação que levará ao nascimento do Japan Exchange Group está avaliada em 130 mil milhões de ienes (1,25 mil milhões de euros).

O pódio dos maiores operadores de bolsa do globo pode mudar em 2013. A Bolsa de Valores de Tóquio lançou uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre a Bolsa de Osaka. A operadora resultante levará à

criação do terceiro maior operador do mundo, logo após o NYSE Euronext e o Nasdaq OMX.

A fusão entre as duas bolsas nipônicas – “um passo para a revitalização da economia japonesa” – vai resultar numa combinação de 3,6 bilhões de dólares (2,7 bilhões de euros). As ações da NYSE Euronext totalizam 12 bilhões de dólares, ao passo que os títulos do Nasdaq aproximam-se de 4 bilhões, segundo os dados do “Financial Times”.

A operação que levará ao nascimento do Japan Exchange Group está avaliada em 130 mil milhões de ienes (1,25 mil milhões de euros). A bolsa de Tóquio irá comprar inicialmente uma posição majoritária na bolsa de Osaka por 480 mil ienes (4,6 mil euros) por ação, avançada a Bloomberg.

A Oferta Pública de Aquisição incorpora um prêmio de 14% face ao valor de fecho de ontem de Osaka.

O presidente da Bolsa de Tóquio, Atsushi Saito, será o CEO (administrador executivo) do novo operador, enquanto o presidente da Bolsa de Osaka, Michio Yoneda, será o COO (administrador operacional) da empresa.

Com a fusão, as bolsas pretendem

recuperar algumas das perdas que os mercados bolsistas japoneses têm registrado nos últimos anos.

Nesta altura, a concorrência nos operadores bolsistas tem estado a aumentar. A Deutsche Boerse e a NYSE Euronext estão dependentes da aprovação da União Europeia para avançarem com a sua fusão. Ambas estão, aliás, a propor vendas de alguns negócios, de forma a suavizar os receios de falta de concorrência decorrentes dessa fusão.

Fonte: Negócios Online

Mercado de Capitais

FACEBOOK DEVE LANÇAR IPO NO 1º SEMESTRE DE 2012, DIZ JORNAL

As O Facebook deve lançar uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) no primeiro semestre de 2012. A afirmação foi feita por Reid Hoffman ao jornal londrino "Sunday Telegraph". Cofundador do LinkedIn, o executivo é um dos principais investidores da rede social de Mark Zuckerberg.

"Abrir o capital iria beneficiar o Facebook de muitas maneiras, entre elas, obter

dinheiro para fazer aquisições. Eu imagino que em algum momento no primeiro semestre do próximo ano, Mark vá optar por esse caminho", disse Hoffman.

Segundo o "Sunday Telegraph", o Facebook está sob pressão do órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos, a Securities and Exchange Commission (SEC, Comissão de Valores Mobiliários americana), que exige a divulgação do número exato de investidores da companhia. O limite para uma empresa privada é de 500.

A rede social tem até o fim de abril de 2012 para realizar os procedimentos necessários ao lançamento do IPO. De acordo com as estimativas de analistas, o Facebook pode levantar até US\$ 100 bilhões, o que se configuraria como a maior oferta pública de ações de uma companhia de tecnologia.

Fonte: Valor

BOVESPA INVERTE ALTA DA ABERTURA AINDA COM RECEIO SOBRE CRISE EUROPEIA

A Bolsa de Valores de São Paulo inverte a alta apresentada logo na abertura do pregão e segue em trajetória negativa nesta primeira hora de negociações. O Ibovespa tem queda de 0,48% aos 56.014

pontos, emendando até aqui o quarto dia de perdas. Há pouco, o giro financeiro era de R\$ 788,182 milhões.

Segundo observação do estrategista da SLW Corretora, Pedro Galdi, os mercados ainda mantêm desconfiança quanto a uma possível solução à crise da dívida da zona do euro, em que os países endividados seguem oferecendo bonus elevados.

"Há uma especulação de que o Banco Central Europeu iria emitir bonus para trocá-los pelas dívidas dos países. Mas isso sabemos que é o famoso sonho de verão. Fato que levou a bolsa a abrir em alta neste pregão. No entanto, a suposição não foi suficiente para sustentar sua força", explica.

De acordo com Galdi, o bom humor inicial também foi possível pela divulgação de notícias de que as agências de riscos não rebaixariam novamente os ratings dos EUA após o Congresso não ter conseguido aprovar o plano de corte de gastos do orçamento.

Ainda segundo o especialista, o resultado da revisão do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA abaixo das estimativas do mercado deve sustentar a desvalorização das bolsas durante esta jornada.

O comitê parlamentar bipartidário encarregado de reduzir o déficit dos Estados Unidos em US\$ 1,2 trilhão reconheceu ontem sua "incapacidade para firmar" um acordo sobre o tema antes da próxima quarta-feira, a data limite.

"Após meses de duro trabalho e intensas negociações, concluímos hoje que não será possível alcançar um acordo bipartidário antes da data limite", disseram em comunicado conjunto a senadora democrata Patty Murray e o representante republicano Jeb Hensarling, presidentes do chamado "super comitê".

O fracasso para se chegar a uma decisão, após dois meses de negociações que nunca estiveram perto de um compromisso sério, faz retornar a incerteza econômica a Washington e ressalta o confronto entre republicanos e democratas.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, advertiu ontem também que vetará qualquer tentativa da oposição de impedir os cortes automáticos previstos para a redução do déficit do país em US\$ 1,2 trilhão para 2013, e pediu ao Congresso que consiga um "acordo equilibrado".

"Vetarei qualquer tentativa de desfazer os cortes automáticos. (...) De um modo ou de outro, o déficit fiscal dos EUA será reduzido em US\$ 1,2 trilhão", afirmou Obama em entrevista coletiva realizada na Casa Branca.

As agências de classificação de risco Standard & Poors e Moody's afirmaram que não vão reduzir as avaliações sobre os ratings dos EUA após a comissão do Congresso encarregada de encontrar US\$ 1,5 trilhão em cortes de déficit não conseguiram chegar a um acordo.

A S&P, que já cortou a nota "AAA" dos EUA em 05 de agosto, disse ontem que a incapacidade do supercomite para chegar a um acordo não merecia outro rebaixamento.

Na agenda norte-americana, o Produto Interno Bruto (PIB) nos Estados Unidos anualizado avançou 2% no terceiro trimestre do ano, de acordo com leitura divulgada nesta manhã pelo Departamento do Comércio norte-americano. O resultado anterior apontava elevação de 2,5% no período.

A revisão ficou abaixo da leitura realizada no primeiro trimestre de 2011, que indicava alta de 2,4% do PIB e também

abaixo do que era esperado pelos analistas (previsão Forex Factory).

Ainda por lá, está prevista a divulgação do índice de atividade do Fed de Richmond e a ata do Fomc.

No Velho Continente, está prevista a divulgação do índice de confiança na zona do euro.

Dentre as ações com maior peso na carteira teórica (que vigora de 5 de setembro a 29 de dezembro) Petrobras PN (PETR4) perdia 0,14% a R\$ 21,77; Vale PNA (Vale5) segue em queda de 0,36% a R\$ 41; OGX ON (OGXP3) estava em queda de 0,65% a R\$ 13,69; ItauUnibanco (ITUB4) perdia 0,57% a R\$ 29,84 e BM&FBovespa ON (BVMF3) cedia 1,38% a R\$ 9,97.

Fonte: Último Instante

AÇÃO DO GROUPON CAI PARA PERTO DE PREÇO NO IPO

A ação do Groupon chegou a despencar mais de 14% nesta terça-feira, o que deixou seu preço perto do patamar de US\$ 20 registrado em sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês).

No fim da manhã, os papéis chegaram a ser cotados a US\$ 20,03, antes de se recuperar ligeiramente. A companhia era a terceira com mais perdas no Nasdaq. A ação encerrou o pregão em queda de 14,89%, a US\$ 20,07. O Groupon levantou mais de US\$ 700 milhões em um IPO no início de novembro, precificando suas ações a US\$ 20 cada à época.

A LivingSocial, maior rival do Groupon, anunciou planos na segunda-feira de oferecer mais de 20 ofertas com parceiros nacionais norte-americanos durante a Black Friday, um período crucial para o varejo que marca o início das compras de fim de ano.

Companhias de compras coletivas costumam subsidiar frequentemente ofertas nacionais, tornando-as menos lucrativas que aquelas com parceiros locais. Os descontos nacionais costumam trazer um grande volume de novos clientes para o site, mas pressionam as margens de lucro.

"Nos últimos dias temos ouvido que a LivingSocial aumentou o nível das promoções", disse Edward Woo, analista da Wedbush Securities. "A preocupação é de que haja muito mais competição para o Groupon". A LivingSocial está oferecendo descontos de ao menos 50% com companhias incluindo Verizon e Verizon

Wireless, da Vodafone, Skechers USA, OfficeMax, Hearst e New York Times durante a Black Friday.

"O Groupon não está fazendo muitas coisas para a Black Friday, então a LivingSocial pode fisgar a atenção de consumidores assim como negócios do Groupon", disse.

Fonte: Terra

Negócios

JOINT VENTURE ENTRE RIO TINTO E CHINALCO É OFICIALIZADA NA CHINA

A joint venture firmada entre a Rio Tinto e a chinesa Chinalco para exploração de minerais na China foi oficialmente registrada pelo país nesta sexta-feira como um negócio.

Segundo informou a empresa em comunicado, o registro foi aprovado pela Administração Industrial e Comercial da China e permite que a nova empresa conduza negócios de exploração de depósitos minerais. O foco inicial da joint venture será a exploração do cobre. No futuro, a empresa pretende expandir a exploração para carvão e potássio.

"A oferta de cobre continua a ser um

desafio. As minas que têm provido crescimento produtivo estão em fase de maturação, resultando em menores teores de cobre. Crescentemente, novos projetos e descobertas estão localizados em sua maioria nos mercados emergentes, o que pode representar desafios de produção e desenvolvimento”, afirmou a empresa, em nota ao Valor.

A joint venture – assinada pelas companhias em junho - deve se voltar à exploração e prospecção profunda nos cinturões chineses de cobre. A Chinalco detém 51% da empresa formada, enquanto a Rio Tinto detém 49%.

“Com a tecnologia da Rio Tinto e sua experiência global em mineração, a joint venture permitirá o desenho das forças das duas partes para atingir a meta comum”, afirmou no comunicado o diretor administrativo na China da Rio Tinto, Ian Bauert.

Fonte: Valor

AEROPORTOS VÃO ESTAR PRONTOS SEIS MESES ANTES DA COPA DO MUNDO DE 2014

O ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt, disse nesta quarta-feira (23) que os 16 aeroportos das 12 cidades-sede

da Copa do Mundo de 2014 estarão prontos para o evento, com todas as obras concluídas até 31 de dezembro de 2013.

Para isso, segundo o ministro, estão previstos investimentos de R\$ 7,5 bilhões em infraestrutura e melhoria do atendimento ao usuário, com uma série de ações que envolvem os serviços prestados por órgãos públicos e empresas aéreas nos terminais de passageiros do país. Bittencourt participou de debate promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados sobre a situação dos aeroportos brasileiros.

Entre as medidas do governo, que visam à melhoria da gestão dos aeroportos, o ministro citou a própria criação da Secretaria de Aviação Civil e também da Autoridade Aeroportuária. Sob a coordenação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), a autoridade ficará encarregada da organização e coordenação das atividades públicas nos aeroportos.

Segundo ele, um ponto fundamental para a melhoria do segmento é a capacitação de pessoal. “Pois as pessoas que lá

trabalham precisam atender bem aos usuários". Para isso, o governo trabalhará para capacitar os funcionários que trabalham nos aeroportos, além de melhorar os sistemas de tecnologia e segurança, tornando a operação dos terminais "inteligente", para que haja um bom fluxo de informações entre as diversas áreas que atuam nos aeroportos.

Bittencourt explicou ainda que o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro, não foi incluído entre os que serão privatizados na próxima rodada de concessões porque o governo considerou necessária uma avaliação detalhada sobre o terminal. Além disso, lembrou, houve consenso no governo de que era mais urgente implementar a concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília, Guarulhos (São Paulo) e Viracopos (Campinas).

Sobre a possibilidade de realizar ainda este ano os leilões de concessão dos três aeroportos à iniciativa privada, o ministro disse que é preciso aguardar a aprovação do projeto pelo Tribunal de Contas da União (TCU). "O mais importante é que foi definido um modelo de leilão competitivo, que vai fazer com que o preço seja um preço justo de acordo com o mercado". Segundo ele, está sendo discutida, no âmbito do governo, a possibilidade de

elaboração de um plano de outorgas para os aeroportos. Esse plano deverá estar pronto no início do próximo ano.

Fonte: Globo

PEUGEOT VAI INVESTIR R\$ 575 MI POR ANO NO BRASIL ATÉ 2015

O presidente mundial da Peugeot Citröen, Philippe Varin, afirmou nesta quinta-feira que o Brasil está no centro do mundo para o mercado automotivo, ao lado de países asiáticos como a China e a Índia.

Ele afirmou que o grupo fará investimentos no Brasil de R\$ 575 milhões por ano, até 2015, e dobrar a produção anual de veículos dos atuais 150 mil para 300 mil unidades. "Serão 55 veículos por hora", disse.

Com isso, Varin afirmou que a intenção das marcas é elevar a participação de mercado dos atuais 5,2% para 7%.

"O Brasil está no centro da nossa estratégia e no centro do mundo. O futuro é cada vez mais desse lado do Atlântico", disse, ao participar da 21ª feira de negócios da distribuição automotiva, em São Paulo.

Varin disse que o país apresenta margem de crescimento ao registrar média de 16 carros por cem habitantes. "Na Europa, a

taxa é de 60 veículos por cem habitantes e nos Estados Unidos, de 80 para cada cem pessoas".

Atualmente, a Peugeot é a quinta marca de veículos que mais vende no Brasil, atrás de Fiat, Volkswagen, GM e Ford.

Folha: Uol.

GRUPO EBX, DE EIKE BATISTA, NEGOCIA PARCERIA COM IBM

O Grupo EBX e a IBM anunciaram nesta semana a intenção de fazer uma parceria "para apoiar as estratégias de crescimento das duas corporações", segundo comunicado da empresa brasileira.

Entre as possíveis áreas de colaboração, completa a nota, estão avaliação e implementação de soluções específicas para a indústria, desenvolvimento conjunto de pesquisa e desenvolvimento relacionados à propriedade intelectual, novas oportunidades de negócios por meio da SIX Automação S.A. (uma subsidiária do Grupo EBX focada em automação industrial) e infraestrutura e serviços de TI para o grupo.

"Estamos muito satisfeitos com essa associação com a IBM para apoiar o crescimento de nossas empresas", afirmou Eike Batista, presidente do Grupo

EBX. Para Ricardo Pelegrini, presidente da IBM Brasil, a parceria "irá contribuir para adicionar valor e inovação às nossas empresas, contribuindo para o crescimento econômico e o desenvolvimento de indústrias".

As empresas pretendem celebrar acordos definitivos sobre as áreas de colaboração após a conclusão das negociações e das atividades de "duedilgence" e depois das aprovações societárias e regulatórias.

Fonte: Uol

PROPRIEDADE INTELECTUAL

S3 GRAPHICS PERDE DISPUTA DE PATENTES CONTRA APPLE

Decisão da Comissão de Comércio Internacional dos EUA é revés para a HTC, que comprou a S3 em meio a batalha judicial.

A Comissão de Comércio Internacional dos EUA (U.S. International Trade Commission - ITC) determinou que a Apple não violou patentes de tecnologia de propriedade da S3 Graphics e terminou investigação sobre o assunto, anunciou a ITC.

A decisão é um revés para a fabricante de

dispositivos móveis HTC, que recentemente adquiriu a S3 e estabeleceu luta de patentes com a Apple na ITC.

Em maio do ano passado, a S3 acusou a Apple de violar quatro de suas patentes relacionadas a renderização de imagem. Em julho, um juiz de direito administrativo emitiu decisão inicial que alinhou com S3 em duas dessas patentes. No entanto, a recente decisão derrubou essa conclusão.

"Ao examinar o registro dessa investigação, incluindo a decisão inicial do juiz de direito administrativo e ainda os fundamentos das partes e não partes, a Comissão determinou reverter a constatação de violação e informa que não encontrou quebra de patentes", afirmou a ITC.

Em julho, a HTC anunciou seu plano de comprar a S3 por 300 milhões de dólares, logo após a decisão inicial da ITC. A situação era vista como caminho para a HTC fortalecer seu arsenal de patentes contra a Apple e outros rivais.

"Estamos desapontados, mas respeitamos a decisão da ITC", disse a HTC disse em comunicado. "Enquanto o resultado não é o que esperávamos, vamos tentar rever a decisão ao entrar com recurso."

Mas a briga entre as duas não está perto do fim. Em setembro deste ano, a S3 apresentou queixa à ITC sobre outra possível violação da Apple. A empresa da maçã, por sua vez, apresentou acusação contra a fabricante de dispositivos. É esperar para ver o fim das disputas.

Fonte: Uol

SITES PORNÔS PROCESSAM DOMÍNIO .XXX

Duas grandes marcas do entretenimento adulto, Digital Playground e Manwin Licensing International (que detém as marcas Playboy e YouPorn) resolveram mover um processo contra a ICANN (empresa que administra os domínios de Internet) e ICM Registry (responsável pelo .xxx). Segundo as empresas, os recém criados domínios .xxx são caros demais e provocam segregação no ambiente virtual, podendo levar a um monopólio que comprometa a sobrevivência dos estúdios pornô.

Os domínios .xxx são destinados a sites de conteúdo pornográfico. E como há relativa demanda para conteúdo deste gênero na Internet, são atualmente os domínios para sites mais caros disponíveis. Podem custar até seis vezes mais do que os valores convencionais de domínios mais tradicionais, como o .com.

Embora os valores de compra de um domínio sejam medidos em centenas de dólares – e os sites da Manwin Licensing International sozinhos tenham 60 milhões de visitas por dia – vale lembrar que as empresas precisam registrar várias versões de seus domínios, prevendo o erro de digitação dos usuários. O custo aumenta e a irritação também, muito embora nenhum site seja obrigado a adquirir o .xxx.

No entender das empresas, os preços são mantidos elevados artificialmente e, para além disso, provocam segregação entre os sites que oferecem conteúdo adulto, mas não usam o domínio .xxx e aqueles que o utilizam. Outra reclamação é que os domínios .xxx podem ser facilmente mapeados, podendo ser alvos de bloqueio mais eficiente por parte de países, censores e sistemas que limitam o acesso à pornografia. E isso pode trazer prejuízos no futuro.

A grande questão é que a adoção dos .xxx não é compulsória. Nenhum site é obrigado a adquirir o domínio e isso parece esvaziar um pouco a argumentação da Digital Playground e Manwin Licensing. ICM Registry e ICANN ainda não comentaram o processo.

Os domínios .xxx foram criados, segundo a ICM Registry, como forma de melhorar a organização do setor e facilitar a vida de empresas e usuários. Segundo a ICM, os novos domínios facilitam a identificação dos sites e promovem um compromisso tácito em termos de responsabilidade, assim como o .gov para governos e o .org para ONGs.

Fonte: Globo

www.almeidalaw.com.br

Almeida
CORPORATE LAW